



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO AMPLIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO POPULAR**

RAPHAELA ARAGÃO DA SILVA

RIO DE JANEIRO

2016

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO AMPLIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO POPULAR**

RAPHAELA ARAGÃO DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Marcio da Costa Berbat (Orientador)

Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro - UNIRIO

Rio de Janeiro
Junho
2016

**PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO AMPLIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO POPULAR**

RAPHAELA ARAGÃO DA SILVA

Avaliada por:

Data: ____/____/____

Anelize Pires Reynozo da Silva

Escola de Educação - LIPEAD

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

"A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou povos, se estendam menos em gestos de súplica".

A Pedagogia do Oprimido

(Paulo Freire)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre incentivaram minhas escolhas e tiveram a paciência de esperar que eu decidisse minha verdadeira vocação. Que sempre me aconselharam dentro deste caminhar e que tiveram as melhores intenções em me ver formada como ser humano, acima de tudo, e profissionalmente.

Ao Gustavo, meu companheiro de vida, que me apoiou em cada momento, seja com livros, conselhos ou palavras de carinho.

Às minhas irmãs mais velhas, Gabriela e Mayra, que estão sempre ao meu lado e dispostas a me dirigir boas palavras de experiência.

E à pequena Daniella, minha outra irmã, que com sua perspicácia me faz aprender a cada dia um pouco mais da minha profissão e em como é necessário estar preparada para cuidar e ensinar uma criança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Márcio da Costa Berbat, por incentivar e acreditar no potencial deste trabalho.

À professora Anelize Pires Reynozo da Silva, por ter aceitado generosamente ler e avaliar este trabalho.

Aos meus professores de ensino fundamental e médio que contribuíram para a minha primeira formação.

Aos meus professores universitários que formaram em mim um ser crítico e profissional.

Aos amigos e familiares que confiaram em minha capacidade.

Obrigada!

RAPHAELA ARAGÃO DA SILVA. **PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR.** Brasil, 2016, 44 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo a partir de minhas lembranças, vivências e perspectivas de formação permanente para a docência, investigar e apresentar uma interpretação sobre a aproximação dos conceitos de pedagogia da alternância e educação popular, diante do contexto da escola básica no país. A partir da minha própria trajetória de vida, no diálogo com a história da educação do campo e suas políticas públicas, acreditando na educação como função social, possibilitando as crianças viverem as infâncias na perspectiva do convívio com as famílias e no sentimento de pertencimento a terra, na experiência da escola como direito de todos os brasileiros.

Palavras-chave: pedagogia da alternância, educação popular, educação do campo.

ABSTRACT

This work aims from my memories, experiences and perspectives of ongoing formation for teaching, research and present an interpretation of the approach of teaching concepts of alternation and popular education in front of the elementary school context in the country. From my own life story, dialogue with the history of rural education and public policies, believing in education as a social function, enabling children to live childhoods in living perspective with families and the feeling of belonging to the land, the school of experience as a right of all Brazilians.

Keywords: pedagogy of alternation, popular education, rural education.

LISTA DE SIGLAS

CA – Classe de Alfabetização
CEFFAS – Centros Familiares de Formação por Alternância
CRE – Coordenadoria Regional de Educação
CRFS – Casas Familiares Rurais
EFAS – Escolas Familiares Agrícolas
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPAS – Escolas Populares de Assentamentos
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento Sem Terra
PROJOVEM CAMPO – Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução.....	1
0	
1. Formação da consciência profissional.....	13
1.1: Sobre mim.....	13
1.2: Caminhar educacional.....	15
1.3: Justificativa.....	18
2. Educação no campo.....	21
2.1: Pedagogia da Alternância.....	28
2.2: Educação Popular.....	33
3. Aproximações entre Pedagogia da Alternância e Educação popular.....	39
Considerações Finais e ampliação do conceito.....	41
Referências.....	4
2	

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende abordar um assunto que pouco discuti durante minha vida acadêmica. Ele perpassa sobre uma das questões que julgo, particularmente, essencial para a Educação Brasileira, que é a Educação do Campo. Este conceito, ainda desconhecido por muitos educadores em sua completude, é fundamental para a sociedade em que vivemos, visto que grande parte de nosso país ainda enfrenta entraves políticos e sociais para que a educação se difunda em todos os âmbitos.

Pretendo discutir como a Educação do Campo é um fator importante para as famílias dos assentamentos e propriedades rurais, visando que todos os envolvidos, principalmente as crianças e jovens, tenham uma educação de qualidade e emancipadora de suas ideias e modo de vida. A partir da contextualização da Educação do Campo o intuito é poder alcançar um nível de compreensão do ensino que seja satisfatório para as demandas atuais, trazendo a discussão para o campo acadêmico e elaborando a criticidade necessária para uma percepção global do tema gerador desta pesquisa.

Outros dois pontos centrais que serão discutidos neste trabalho serão a Pedagogia da Alternância e a Educação Popular. Dois contextos diferenciados sobre educação, com seus métodos e abordagens, mas que buscarei aproximá-los para que juntos, possam configurar uma nova possibilidade de cenário de Educação do Campo: mais humana, de acordo com as necessidades dos indivíduos e que possa educar seres para pensar criticamente.

O método de Pedagogia da Alternância surgiu na França por volta de 1945 e pretendia que as famílias rurais poderiam se organizar e educar seus filhos para um viés mais profissional. Depois, chegou ao Brasil por volta da década de 1960, e mudou o caráter do campo e das famílias que ali residiam e sentiam a necessidade de se educar e mudar sua condição social e posicionar-se, de certa forma, politicamente. Os detalhes da instauração deste novo ambiente rural eu discutirei mais à frente junto com os entraves sociais e educacionais e as demandas da Pedagogia da Alternância.

A Educação Popular começou a ser discutida aqui no Brasil mais veementemente por volta dos anos 1950, quando Paulo Freire iniciou a contextualização de uma educação

para todos nas escolas que valorizasse a cultura nacional. Esta é uma discussão que já se fundia na academia, mas que a partir do II Congresso Educacional para a EJA – Educação de Jovens e Adultos obteve-se mais ênfase depois da defesa de Paulo Freire. Veremos então como se deu este processo de uma nova abordagem nas escolas e no campo das discussões teóricas da época e em como isto está intrínseco na educação atual.

Todos estes conceitos serão esmiuçados nos próximos capítulos, como dito anteriormente, mas de antemão quero enfatizar o quanto esta pode ser uma nova abordagem de Educação do Campo assim como nas Universidades. Durante minha graduação, principalmente depois da escolha do tema como projeto de conclusão de curso, não tive contato com estas temáticas que fazem parte da nossa Educação Brasileira, das demandas dos movimentos sociais e das famílias que precisam de uma atenção maior para que a educação possa alcançar suas demandas.

Portanto, sei que é uma temática “nova” e que diligencia total atenção do campo acadêmico, particularmente nos cursos de pedagogia ou educação. Formar professores regradados em assuntos limitados e não condizentes com as realidades do cenário da Educação Brasileira é formar o educador nas fôrmulas robóticas que tanto se critica durante a graduação e que pouco vejo assuntos que nos façam “remexer” nossas ideias.

No primeiro capítulo, eu irei discutir os motivos os quais me levaram à vida profissional e à escolha do tema acima, citado.

O segundo capítulo irá discutir sobre os três temas: Educação do Campo, como visão ampla e tema gerador; a Pedagogia da Alternância e a Educação popular como os temas específicos de discussão.

O terceiro capítulo fala sobre como a Pedagogia da Alternância e a Educação Popular podem ou não se aproximar, efetivando um modelo de educação. Procurarei os aspectos positivos e negativos para elaborar uma nova visão e uma discussão pautada nas proximidades destes dois conceitos. Podendo, assim, ampliar o conceito de Educação do Campo.

Nas considerações finais busco minhas interpretações pessoais da temática discutida e em como este trabalho pode ajudar na revelação de circunstâncias novas para a Educação, mais especificamente na Educação do Campo.

Estando ciente de todas as considerações anteriores, este trabalho se baseia na importância da pesquisa em si, onde a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG 1978, p. 28, apud MARCONI & LAKATOS, 1990, p.15) e engloba todas as investigações especializadas e completas; em sentido restrito, abrange os vários tipos de estudos e de investigações mais aprofundados. (RUMMEL 1972, p. 3, apud MARCONI & LAKATOS, 1990, p. 15).

Tendo como foco a pesquisa bibliográfica, que se entende com o registro dos dados de forma e conteúdo de um documento escrito: livro, artigo, capítulo, resenha, etc. Ela constitui uma espécie de certidão de identidade desse documento (SEVERINO, 2007, p. 70) e também é uma pesquisa fundamental que segundo Marconi e Lakatos (1990, p.19) “É aquela que procura o processo científico, a ampliação dos conhecimentos teóricos (...) tem por meta o conhecimento”. Ainda conceituando a pesquisa bibliográfica a partir de Severino (2007, p.122), que diz “o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes nos textos”.

Entendo, então, a importância que toda pesquisa têm e que este trabalho corrobora com as passagens citadas acima utilizando os métodos descritos.

1. A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA PROFISSIONAL

Estar em uma Universidade, iniciar uma vida profissional é bastante difícil na vida de uma jovem; são muitas experiências, escolhas e requisições. Na medida em que o conhecimento de conceitos, práticas e a construção do pensamento crítico se estabeleceram em minha vida como atos cotidianos eu pude começar a ter um vislumbre de como seria minha vida profissional a partir das escolhas que vinha fazendo.

Formar esta consciência profissional ao longo dos anos de graduação não foi fácil e acredito que ela nunca se encerra, devido às novas experiências que vão ocorrendo mediante nossas práticas de trabalho e estudo. Minha atual consciência profissional se deve muitos aos anos de estágio que fiz nas escolas, onde percebia principalmente as práticas que eu não gostaria de seguir e aquelas em que eu assim que me formasse gostaria de usar com meus alunos. Dias e Soares (2012, p. 279) corroboram com isto em:

O processo de direcionamento da carreira está presente em sentidos pessoais e particulares da escolha inicial do curso superior, e a valorização da futura carreira se desloca através de diferentes referenciais, das vivências no contexto universitário e familiar, e, daquilo que dizem para os formandos sobre a profissão, passa-se para um discurso do sujeito que se apropria e ressignifica suas decisões.

Sendo assim, minha consciência se baseia no que a profissão em prática vem me oferecendo, primeiramente, e ao que a graduação me permite pensar sobre as condições educacionais atuais. Este processo de descobrimento do meu “eu profissional”, que ainda está em construção, vai ser exposto neste trabalho de forma que valorize minhas impressões sobre o tema e também que colabore para descobrir-se durante a pesquisa junto com o leitor assuntos nova e que acrescentem no pensamento crítico e intelectual discutidos nos próximos subitens deste primeiro capítulo.

1.1. Sobre mim

Nascida em 13 de dezembro de 1991, eu, Raphaela Aragão da Silva já era a segunda filha de minha mãe e a segunda filha de meu pai. Fui criada pela minha mãe, que separada de meu pai fazia os dois papéis a maior parte do tempo no nosso dia a dia; meu pai me visitava aos finais de semana. Morávamos-me, minha mãe Dila e minha irmã Gabriela, sete anos mais velha do que eu, quando pequenina era a bonequinha de minha irmã, ela adorava me vestir, colocar fantasias e adereços.

Com o passar dos anos começamos a brigar constantemente devido às diferenças de idade, ela uma mocinha e eu uma pirralha pentelha. Com minha outra irmã Mayra era bem diferente, nosso contato era pouco estreito, ela tinha 15 anos a minha frente e quando eu era pequena ela já estava trabalhando e estudando. Meu pai, Alcir me permitiu lembranças boas da infância, brincadeiras, palhaçadas e passeios.

Com o passar dos anos Mayra se casou e quando eu tinha onze anos ela teve meu sobrinho, João; mais ou menos na mesma época, quando eu tinha uns treze Gabriela foi morar em Brasília e ficamos eu e minha mãe; continuava a visitar meu pai aos finais de semana. Mais anos se passaram e aos dezesseis minha estrutura familiar iria mudar ainda mais, minha mãe se casara novamente e logo depois ficaria grávida de minha irmã Daniella, agora com sete anos. Meu novo padrasto trouxe consigo para nossas vidas, além de minha nova irmã mais três filhos de outro casamento, a casa ficava cheia aos fins de semana, eu gostava, agora que somos todos mais velhos quase não temos mais esta oportunidade.

Eu percebo que esta família “fora do comum” é muito parecida com o que eu relaciono como escolha profissional e que só percebo agora, como pedagoga, algo que está intrínseco na profissão: estar em contato com pessoas diferentes e que sempre terão algo de bom para te oferecer, seja uma atitude ou uma ideologia. Estar e contato com uma estrutura familiar diferente desde bebê foi importante para que eu percebesse, agora, que os desafios de estar perto do *outros* são constantes e que em uma sala de aula nós também lidaremos com famílias modernas, com problemas, muitas pessoas; e que nossos alunos serão bem diferentes de nós e nos ajudarão a ver o mundo e nossas ações de uma maneira diferente.

Ser professor é aceitar as mudanças, aceitar pensamentos e estar em contato com as mais diversas situações. Utilizar da prática e relacionar com o conhecimento intelectual de textos e livros; sejam eles simples ou mais complexos.

1.2. Caminhar educacional

Eu demorei um pouco para entrar na escola, só consegui com quatro anos, hoje a maioria entra com pouco mais de um ano. Meu primeiro jardim de infância foi uma escolinha perto de casa que minha mãe nem lembra mais o nome hoje em dia, ficava na Praça Seca bairro que morávamos na época.

Depois nos mudamos para a Freguesia e lá fiquei realmente mais tempo na escola, estudei no jardim de infância do MV1, também perto de casa, dava pra ir caminhando. De lá tenho algumas lembranças legais, como meu aniversário na escola (que provavelmente foi antes do dia, pois eu nasci em dezembro) o tema era de Minnie e Mickey e minha mãe fez um bolo de brigadeiro e umas lembrancinhas bem legais com doces dentro pras crianças; tenho recordações deste aniversário no meu álbum de fotos e eu estava bem feliz.

Desta mesma escola também tenho uma lembrança ruim, de um menino que me batia todos os dias e todos os dias eu chegava com um roxo em casa. Minha mãe já cansada de tantos bilhetes e conversas em vão com a escola me mandara bater nele e disse “se você aparecer com outro roxo aqui eu quem vou bater em você, pois ninguém tem que te bater”. Claro que ela explicou que eu não devia bater em ninguém e nem começar a maltratar meus amigos, mas assim foi feito: quando o menino veio me bater no dia seguinte eu lhe dei um tapa que não lembro onde foi, mas sei que surtiu efeito e ele nunca mais fez nada comigo.

Depois deste ano, eu iria para o antigo CA (Classe de Alfabetização) e nós nos mudamos novamente para a Praça Seca, era o ano de 1998, minha mãe conseguiu comprar uma casa nossa e viemos para uma vila bem simpática. Então tive que mudar de colégio, pois o MV1 ficaria longe e eu fui para uma escola também já falida chamava Vovó Filhinha, fiz todo o meu CA lá e tenho boas recordações. Festas de dia das mães que colocamos um avental e dançamos em um antigo restaurante aqui da área, as aulas na

piscina, e os amigos, que alguns eu ainda mantenho contato até hoje. Depois na primeira série eu fui para outra escola da mesma dona chamada Fonseca Soares e ficava quase do lado da anterior. Lá eu fiquei até a terceira série e foi bem legal, praticamente os mesmos amigos do ano anterior e eu me divertíamos muito com as amigas de lá fora da escola em festas do pijama, passeios, piscina.

Destas duas escolas a recordação de ensino que eu tive foi de professoras boas, mas que naquele método antigo e tradicional nos castigavam com cópias e exercícios maçantes o tempo todo e a hora de ter que estudar era realmente um saco.

Quando acabei a terceira série fui para a escola onde minha irmã estudava de manhã, Externato Geremário Dantas – hoje, Instituto Geremário Dantas por causa da faculdade de Letras e Pedagogia, passaram a quarta série pela tarde.

Nessa escola era um pouco mais legal, a gente tinha muito que fazer e copiar e decorar, mas tinha aula de música, a educação física era mais legal até por conta da estrutura da escola, que é (esta não faliu) enorme.

A hora mais legal era a da saída, mas não só porque íamos para casa, mas sim porque brincávamos de roda, adoleta e muitas outras. Neste colégio eu segui até meu ensino médio, com o passar dos anos todos os professores já me conheciam e cresci junto com eles, vi conquistas de muitos, as bobearias de outros que desconstruíam aquela ideia de professor sério, via o lado normal de cada um e eles deixavam que soubéssemos disso à medida que os anos passavam. O ensino sempre foi tradicional, até porque é uma escola católica, mas os professores conseguiam nos dar diversão especialmente no ensino médio.

De lá tenho muitas histórias e boas recordações, vivi a transição de infância para adolescência conheci ótimos profissionais a quem admiro até hoje por sua inteligência, simpatia e competência (para nos aturar e para nos transmitir o conhecimento).

Depois desta saga escolar eu parti para a minha saga universitária, saí do ensino médio e não sabia o que fazer, tinha prestado vestibulares, mas a indecisão não me fizera estudar o suficiente e nem conseguir sentir empolgação com “o que viria depois da escola”. Tentei os primeiros vestibulares para direito, comunicação, comunicação e direito; dois

anos trocando as ordens entre Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – não passei para nada.

Mas neste meio fui para a Gama Filho fazer Comunicação e fiquei apenas meio período, até que eu gostava de algumas aulas, mas fiquei muito doente e internada por um mês no hospital, então como era o meu primeiro período eu não poderia trancar e tinha que cancelar para depois retornar, o que não aconteceu.

Passei o resto do ano me recuperando, tive que fazer operação e com isso perdi o ânimo que já não tinha. Fiz o segundo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e aqueles outros vestibulares que citei antes (um em 2009, ano que me formei e outro neste ano de 2010) no ano seguinte, 2011 eu comecei o ano com Direito na Cândido Mendes, achei que era a minha praia, mas eu estava enganada.

À medida que o tempo foi passando eu vi que se quisesse estudar mesmo eu teria que fazer direito em outra faculdade, aquela era um antro de pessoas ricas que estavam lá por obrigação. E como eu sou classe média e pagar aquela faculdade era um grande esforço eu comecei a me questionar. Foi quando no meio do ano eu ainda estava protelando renovar a matrícula na Cândido Mendes e resolvi usar meu último ENEM para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e foi aí que eu acredito que Deus ou a vida resolveram me dar um toque sobre o caminho certo que eu deveria seguir profissionalmente. As matrículas da UNIRIO se encerrariam em uma segunda e no domingo anterior, eu que havia esquecido a inscrição, uma colega disse que eu havia passado e que precisava correr pra fazer a matrícula.

Quando entrei no site lá estava eu classificada e com apenas um dia para realizar minha entrada em uma Universidade Federal. Foi então que eu fui falar com a minha mãe e ela disse que a escolha era minha, mas que achava que eu deveria ir fazer e que me ajudava me levando para ganhar tempo indo de carro. Assim fiz, reuni todos os documentos necessários ainda no domingo e na segunda de manhã eu estava lá, fazendo minha matrícula para o segundo semestre de 2011 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, senti-me tão feliz naquele momento.

Então, este tal de 2011 no segundo semestre foi algo que realmente mudou minha vida, conheci o mundo de uma verdadeira Universidade, no final do período já estava fazendo estágio de mediação pela Coordenação Regional de Educação (CRE) e cada vez mais incorporando aquele curso em mim e as concepções que eu antes achava que não seria capaz de obter (como lidar com crianças).

Ter essa escolha verdadeira tão abrupta me fez perceber, ainda mais agora em que estou concluindo o curso de Pedagogia e que meus pais falavam o tempo todo, é que precisamos ter paciência, saber enxergar o momento e caminho que devemos tomar e depois “deixar rolar” que dá tudo certo, pois estamos agora em perfeita sintonia com a nossa vocação.

1.3. Justificativa

A escolha de Educação no Campo como tema central de monografia se deu já no 4º (quarto) período quando viajei em um feriado para visitar meu pai (que reside em Itajubá - Minas Gerais atualmente – é de praxe fazermos pequenas viagens por dia para passear e conhecer a região do Sul de Minas).

Nesta viagem em um de nossos passeios, visitamos uma pequena zona rural pela região do sul de Minas; lá conhecemos uma família e ficamos um tempo conversando com eles. A mãe, que o nome eu não lembro, mas sei que começava com a letra M, tinha seus quarenta anos e mais de dez filhos; alguns maiores e já fora de casa e o mais novo ainda bebê.

Além da simpatia de todos o que mais me chamou atenção foi o fato de que a matriarca, que foi quem nos recebeu, não aparentava ter quarenta anos e sim quase sessenta. Outro fato foi que o centro era a uma distância de duas horas da casa da família, e foi comentado por eles que sempre iam a pé para a cidade. Depois de mais uns momentos de “prosa” continuei seguindo meu caminho com meu pai e fomos em direção ao nosso destino.

A partir da despedida eu comecei a pensar em mil coisas que aquela família passa para viver. A quantidade de filhos. A distância do centro. A qualidade de vida. A renda

familiar. A conscientização da família com questões ligadas à educação dentro e fora de casa. Se os filhos trabalhavam a partir de certa idade. Enfim, todas estas questões perpassavam minha mente e bombardeavam minhas até então percepções sobre a Educação em seu sentido amplo. O que aquelas vidas significavam para a sociedade? Provavelmente se pararmos para pensar, eles não são lembrados, apenas produzem subsídios para que os habitantes dos grandes centros e de cidades pequenas (mais urbanizadas) possam ter mão de obra e produto de venda.

A questão ia além de uma mera família simpática que nos recebeu com alegria e contou um pouco de sua história, ela perpassava por uma indagação social que eu naquele momento não sabia o que significava.

Ao voltar para o Rio de Janeiro voltei à minha rotina normal e em uma das aulas de Educação Infantil vimos um vídeo que abordava a questão das crianças que têm rotinas pesadas para frequentar a escola e necessitam passar por muitas dificuldades arriscadas diárias para chegar até seu local de estudo. Isso mexeu ainda mais comigo, mediante ao que tinha vivido na viagem e ao que via no vídeo eu senti que precisava saber mais sobre o assunto. Juntei alguns artigos na época e li, vi reportagens e tive a certeza que ali seria meu ponto de discussão para a monografia no futuro.

Com o decorrer dos períodos a Monografia se aproximava e eu não sabia qual tema específico abordar, era um âmbito muito vasto de assuntos que eu poderia falar (até aqueles que citados acima, que na hora passaram pela minha mente); mas eu não tinha certeza. No 7º período eu tive a clareza, em uma aula de Ciências Naturais II, o professor abordou “O” tema, foi então que percebi que isto seria importante e o que faltava para eu tomar minha decisão: a Pedagogia da Alternância.

Aquilo era novo e intrigante, como eu nunca havia escutado falar sobre? Neste tempo todo de aulas e assuntos, a Pedagogia da Alternância não apareceu. Comecei a ler e a rascunhar o que poderia ser feito, pedi dicas de quem poderia me orientar no tema e o meu professor indicou meu orientador Marcio Berbat. Logo que o procurei ele prontamente me escutou e já abraçou minha causa, dali para frente era só ler e pensar no que poderia ser

escrito. Passei as férias lendo artigos e pensando, rascunhando projetos para chegar a um denominador comum.

Após muito pensar e repensar e ter que mudar o projeto por conta dos contratemplos que poderiam prejudicar meu pensamento inicial eu decidi, agora no 8º período que eu poderia articular dois assuntos que a priori eu não teria a capacidade de conectá-los. Somente com minhas aulas de Educação Popular que pude, então, enxergar uma nova vertente de discussão que seria mais “palpável” para as limitações de tempo de pesquisa (ligados a deslocamentos) que eu teria se optasse pelo projeto inicial.

Portanto, consegui finalizar minhas escolhas e por isto entendo que a importância destas temáticas (Educação no Campo, Pedagogia da Alternância e Educação Popular) para a colaboração de pesquisa, de acervo e satisfação pessoal seja essencial para uma nova ótica educativa. Conceituar, pensar criticamente e abrir espaço para novos conhecimentos e olhares para o assunto, aproximando-os, é o principal objetivo deste trabalho e que eu espero que ele possa incitar o estudo sobre estes temas e que seja de certa forma, um esclarecimento sobre o que são as temáticas e a real importância delas para a Educação Brasileira.

Os Semeadores

*Vós os que hoje colheis, por esses campos largos,
O doce fruto e a flor,
Acaso esqueceréis os ásperos e amargos
Tempos do semeador?*

*Rude era o chão; agreste e longo aquele dia;
Contudo, esses heróis
Souberam resistir na afanosa porfia
Aos temporais e aos sóis.*

*Poucos; mas a vontade os poucos multiplica,
E a fé, e as orações*

*Fizeram transformar a terra pobre em rica
E os centos em milhões.*

*Nem somente o labor, mas o perigo, a fome,
O frio, a descalcês,
O morrer cada dia uma morte sem nome,
O Morrê-la, talvez,*

*Entre bárbaras mãos, como se fora crime,
Como se fora réu
Quem lhe ensinara aquela ação pura e sublime
De as levantar ao céu!*

*Ó Paulos do sertão! Que dia e que batalha!
Venceste-a; e podeis
Entre as dobras dormir da secular mortalha;
Vivereis, vivereis!
(Machado de Assis, in 'Americanas')*

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo surgiu com o intuito de poder capacitar os indivíduos que moram em comunidades rurais e que necessitam de um estudo ligado à profissionalização. Mas mesmo com este viés educativo o objetivo perdeu-se durante muito tempo por conta de projetos insuficientes com ensinamentos limitadores das capacidades cognitivas dos educandos.

Além de ser uma manobra do governo (começou por volta da década de 60 para beneficiar as elites) para limitar o acesso aos centros urbanos, que nas últimas décadas inflamaram as grandes cidades. Para isto, um projeto de educação nas comunidades rurais seria perfeito para frear este fluxo social e, assim, continuar limitando o ensino no campo.

O que desejo ressaltar é que a Educação do Campo, que sempre foi vista como um instrumento de cerceamento das comunidades agrícolas no que tange a educação como inserção na base social, sempre teve seu lugar definido pela sociedade e pelo governo; mas

que nos últimos anos após este estopim de reivindicações, foram sendo valorizadas e viu-se uma verdadeira necessidade do campo estar escolarizado.

Em paralelo a estes entraves, existe uma problemática mais complicada em ser discutida, que é a exclusão do campo em relação às infraestruturas das escolas, a má capacitação dos professores, a falta de projetos específicos e leis que não se aplicam completamente ao campo, a dificuldade em geral encontrada na relação trabalho/escola e com as famílias, sem contar com o agronegócio que é um fator de extrema preocupação com as produções familiares e que acabam afetando as relações escolares das crianças e adolescentes rurais.

Como dito anteriormente, a Educação do Campo é proveniente de anos de luta para que seu lugar fosse reconhecido. Desta forma irei falar, brevemente, um pouco de sua história no Brasil, além de submetê-la a uma análise político social.

Sabemos que temos uma história que se submete a uma monarquia que instaurou um sistema escravocrata ao chegar ao Brasil. Com isto desde os tempos do império podemos separar a sociedade naqueles que “trabalham” e aqueles que “empregam”, fantasiando, por assim dizer, a realidade escravista tanto dos negros, quanto dos índios que aqui habitavam. Nesta época o modelo educacional era concedido apenas para os filhos de nobres e feitos pela igreja, (mais conhecidos como jesuítas, a chegada da Companhia de Jesus deu-se em 1549).

Após algum tempo de colonização a igreja aumentou sua influencia em busca de ensinar aos índios sua cultura, tentando, assim, socializá-los. Este modelo só foi dissolver-se quando Marques de Pombal (Ministro português) ordenou que os jesuítas saíssem do Brasil, isto ocorreu por volta de 1760. Neste cenário já podemos identificar como a educação no Brasil, inclusive a Educação do Campo se desenhou nas próximas décadas.

Dando um pequeno salto histórico, chegamos à década de 1930, o Brasil já teria sofrido várias mudanças no campo educacional e neste período já estava prestes a sofrer mudanças, também na Educação do Campo, nosso foco de estudo até o momento. Este foi

um período marcado por dificultosas lutas em relação aos abusos dos proprietários de terras no campo e do modelo de educação utilizado nos grandes centros.

Com os direitos trabalhistas negados ao trabalhador rural, a falta de educação aos empregados, o Estado resolveu instalar o modelo urbano de educação nos campo, o que claramente não deu certo. A “socialização do campo” como era entendida na época, era nada mais do que um estudo direcionado a poucas comunidades rurais e com pouca utilidade naquilo em que viviam no seu cotidiano.

Ao mesmo tempo, a suposição de que o conhecimento “universal”, produzido pelo mundo dito civilizado deveria ser estendido – ou imposto - a todos, de acordo com a “capacidade” de cada um, serviu para escamotear o direito a uma educação contextualizada, promotora do acesso à cidadania e aos bens econômicos e sociais, que respeitasse os modos de viver, pensar e produzir dos diferentes povos do campo. Ao invés disso, se ofereceu, a uma pequena parcela da população rural, uma educação instrumental, reduzida ao atendimento de necessidades educacionais elementares e ao treinamento de mão-de-obra (SECAD/MEC, 2007).

A partir deste fato, em 1932, foi criado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que buscava elucidar a educação e guiar os próximos passos. No trecho que veremos a seguir, que foi retirado do Manifesto Dos Pioneiros da Educação Nova – 1932 podemos estabelecer uma ligação direta ao fato de que a Educação do Campo sofreu com a não inclusão de suas expectativas no modelo educacional brasileiro, se tornando então algo não alcançável a todos.

A diferença de níveis de cultura, nos diversos povos e a resistência oposta pela tradição a uma concepção da vida ajustada à nova situação industrial tem impedido identificar, em pontos de intersecção superior, aspirações e ideais de acordo com as forças que elaboram a nova civilização (Manifesto dos pioneiros p. 15, 1932).

O Manifesto também empregava à educação o papel de ser elaborada a partir dali de maneira que pudesse atender à toda diversidade da nossa sociedade, ou seja, o estudo profissionalizante adequado para cada setor social e uma educação básica que todos poderiam usufruir.

Com a elaboração Leis Orgânicas da Educação Nacional¹, já em 1942 foi instituído:

Regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário. (PEREIRA; PEREIRA, 2003).

Inclusive o Decreto-lei nº 9.613, de 20/08/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Agrícola, que segundo seu artigo nº1, “Art. 1º Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino a agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura” (BRASIL, 1946).

Daremos um novo salto, mas desta vez não tão grande. Por volta da década de 1960 o aumento das periferias teve um impacto na educação brasileira, percebeu-se a necessidade de novos enfoques na educação do campo e no que ela significaria. Atrelado às dificuldades devido a distancia do campo para a cidade, as escolas começaram a mover-se ainda mais para as comunidades rurais a fim de levar o estudo dos grandes centros até estes pontos – um erro fatal.

Este domínio impensado sobre a Educação do Campo gerou insatisfação, problemas com a infraestrutura, falta de competência por parte do ensino em abranger todas as necessidades do campo, a falta de capacitação. Foi então que o ensino tecnicista tomou força no campo e assim, a estrutura educacional foi desviada para o ensino profissionalizante aliado ao ensino básico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais” (BRASIL, 1961). A partir daí tiveram início as movimentações da Educação popular.

Com a repressão do Governo Militar, em 1964, a educação popular que até então ganhava força, foi freada e o governo implantou como regime educacional o Mobral

¹ As chamadas “Leis” Orgânicas do Ensino se constituem, na verdade, num conjunto de Decretos-Lei elaborados por uma comissão de “notável” presidida por Gustavo Capanema e outorgados pelos presidentes Getúlio Vargas durante o Estado Novo e José Linhares durante o governo provisório, período no qual esteve à frente do Ministério da Educação Raul Leitão da Cunha.

(Movimento Brasileiro de Alfabetização). Neste período os cursos não permitiam que houvesse qualquer situação de profissionalização, eles eram apenas feitos para que pessoas com 15 anos ou mais pudessem se alfabetizar.

Após a ditadura militar as movimentações de Educação Popular voltaram a crescer, junto com a Pedagogia da Alternância que surgiu no Brasil por volta de 1960 e que neste momento ganhava força no cenário educacional brasileiro, sendo vista como uma nova possibilidade entre Campo x Estudo x Trabalho. Com isto as discussões sobre Educação do Campo ganham força nas pautas a partir de 1980.

Discussões atuais

A Educação do Campo surgiu com o intuito de poder capacitar os indivíduos que moram em comunidades rurais e que necessitam de um estudo ligado à profissionalização. Mas mesmo com este viés educativo o objetivo perdeu-se durante muito tempo por conta de projetos insuficientes com ensinamentos limitadores das capacidades cognitivas dos educandos.

Além de ser uma manobra do governo (começou por volta da década de 60 para beneficiar as elites) para limitar o acesso aos centros urbanos, que nas últimas décadas inflamaram as grandes cidades. Para isto, um projeto de educação nas comunidades rurais seria perfeito para frear este fluxo social e, assim, continuar limitando o ensino no campo.

O que desejo ressaltar é que a Educação do Campo, que sempre foi vista como um instrumento de cerceamento das comunidades agrícolas no que tange a educação como inserção na base social sempre teve seu lugar definido pela sociedade e pelo governo; mas que nos últimos anos após este estopim de reivindicações, foram sendo valorizadas e viu-se uma verdadeira necessidade do campo estar escolarizado.

Em paralelo a estes entraves, existe uma problemática mais complicada em ser discutida, que é a exclusão do campo em relação às infraestruturas das escolas, a má capacitação dos professores, a falta de projetos específicos e leis que não se aplicam completamente ao campo, a dificuldade em geral encontrada na relação trabalho/escola e com as famílias, sem contar com o agronegócio que é um fator de extrema preocupação

com as produções familiares e que acabam afetando as relações escolares das crianças e adolescentes rurais.

Movimentos e Projetos do Campo

Os movimentos do campo nasceram basicamente da necessidade de uma Reforma Agrária, que por sua vez, fez com que estes movimentos crescessem e se fundissem em projetos que perpassam por todos os direitos civis, desde a terra até educação. Portanto, todos estes movimentos e projetos se envolvem e desenvolvem junto com a educação para que a população a eles vinculada tenha além de seus direitos assegurados, uma educação por e para eles de qualidade. Dos inúmeros movimentos do campo podemos aqui citar o MST – Movimento Sem Terra, como o mais popular e abrangente no país, que não irei muito afundo em suas lutas e sim no que tange à educação e em como a educação para o movimento é essencial.

Outros projetos bem significativos para o campo são o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.) e o PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo) – que se vinculam ao PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) – os quais falarei também apenas nos seus benefícios/objetivos Educacionais, tirando qualquer possibilidade de defesa ou crítica política sobre estes assuntos.

Movimento dos Sem Terra

O MST – Movimento Sem Terra atua em vinte e quatro Estados no país, com mais de 350 mil famílias sob tutela na luta pela Reforma Agrária. O Movimento foi iniciado no século XX, ainda como famílias ou grupos separados com um mesmo ideal de luta. Após estes momentos iniciais o Movimento dos Sem Terra foi ganhando força e ajudando em muitos conflitos importantes de nossa história rural (seu primeiro conflito foi em 1981, em plena ditadura, conhecido como Encruzilhada Natalino). Todos estes acontecimentos que ocorreram nesta época e nos anos seguintes vem sendo defendidos até hoje, por “uma Reforma Agrária Popular”:

Ao longo do último período, os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular. Popular, pois o Movimento percebeu que a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos (MST, s/d.).

No que tange à Educação dentro do movimento, o MST, valoriza a educação como algo substancial para a Reforma Agrária e nos seus ideais do movimento em si. Deste modo, esta fala elucida o pensamento para que sobre a importância e a relevância da educação e do movimento social que é o MST.

PRONERA e PRONACAMPO

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) apoia projetos de educação destinados ao desenvolvimento das áreas de reforma agrária. O PRONERA foi criado para levar a educação básica para adultos e crianças cadastrados pelo INCRA e que estão nos assentamentos e trabalham nas zonas rurais. Neste projeto está inclusa a capacitação dos profissionais que irão ajudar na construção da relação socioeducacional com a comunidade. Ajuda no desenvolvimento tecnológico, social e cultural das comunidades. Este programa é executado em diversas parcerias com INCRA, movimentos sociais, instituições, trabalhadores rurais entre outros.

Já o PRONACAMPO é um sistema de ensino, eu diria que um pouco mais completo que o PRONERA, que abrange muitas especificidades dentro dos estados brasileiros e o DF. Cada escola que atua junto com o PRONACAMPO se compromete mediante a algumas especificações que o projeto compreende, para isto vou utilizar uma tabela abaixo feita com dados a partir do site do PRONACAMPO² para que possamos entender de fato como se organiza.

Objetivo

² Disponível em: < <http://pronacampo.mec.gov.br/> >. Acesso em: 14 maio 2016.

Apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Ações

Voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas — Formação Inicial e Continuada de Professores – Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional – Infraestrutura Física e Tecnológica.

Como Acessar

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Com isso podemos visualizar a relação dos maiores programas de Educação do Campo que temos atualmente em vigor no Brasil com as comunidades em si, que hoje em dia dependem destes programas para que a educação possa acontecer, e que permitem que os moradores e trabalhadores possam estar alfabetizados e tendo a oportunidade de ter uma educação voltada para o Campo: uma educação do Campo.

A Educação do Campo

O que pretendo discutir neste ponto é a necessidade de uma Educação do Campo, para isto, conto com um estudo do Professor Luiz Bezerra Neto que foi financiado pela FAPESP e que nos elucida a necessidade desta Educação voltada para a realidade rural do nosso país. Este artigo é fundamentado através de uma pesquisa junto ao MST, que visa a educação voltada especificamente para as demandas do campo e como uma forma de emancipação das políticas a que são submetidos.

A ideia central é que a Educação Urbana é diferenciada da Educação Rural, pois os indivíduos são considerados diferentes em relação as suas experiências de vida. Os trabalhadores rurais e suas famílias têm visões de mundo diferentes de trabalhadores das

grandes cidades, suas percepções são variadas e com isto, defende-se um conceito de que devemos pensar também em uma educação especial, voltada especificamente para o campo.

Assume-se assim, a defesa de uma educação que se constrói a partir da realidade e segundo o MST, se dá porque “[...] a gente foi vendo que queria era uma proposta de educação que não trouxesse as coisas prontas para a criança, e sim que ela construísse a sua própria educação, e que fosse participativa para a escola e os pais” (MST, 2005, p. 17 *apud* BEZERRA NETO).

Com isto, aproximamos este conceito com a Pedagogia da Alternância, que apoia uma relação com o saber diferente, mediante as experiências sobrepostas ao conteúdo curricular da escola básica por exemplo. Não quero dizer que um invalida o outro, mas que basear uma educação a partir da experimentação e vivência torna-se mais concreto para este tipo de comunidade do que apenas seguir cronogramas e estudos que não farão sentido naquele contexto. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) coloca a seguinte explicação para que o campo siga uma perspectiva única em relação à educação:

Multiplicidade de experiências educativas desenvolvidas por diferentes instituições foi construindo uma proposta pedagógica que contempla a identidade do campo, a heterogeneidade dos sujeitos sociais que vivem e/ou trabalham direta ou indiretamente com o meio ambiente, que reconhece o modo próprio de vida dos espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, dos caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O desenvolvimento territorial requisita que essas experiências sejam reconhecidas em sua amplitude e diversidade e que busquemos superar a fragmentação e o isolamento de muitas dessas iniciativas, que não têm alcançado o grau de institucionalização, de articulação dessas práticas na perspectiva de contribuir com a política educacional e de desenvolvimento que estamos construindo em nosso país. (BRASIL/MDA/SDT, 2006, p. 9-11).

Desta forma toma-se uma posição variada sobre os métodos de aprendizagem que são utilizados no campo e é isso que transforma em uma modalidade de educação única e que é parte de uma luta grandiosa para ser reconhecida.

2.1. Pedagogia da Alternância

A criação da Pedagogia da alternância foi fundamental para o desenvolvimento da educação agrícola, primeiro na Europa e depois no Brasil por volta da década de 60. Este movimento educacional criou diversos centros de formação em alternância como: Centros

Familiares de Formação em Alternância (CEFFAs), Escolas Familiares Agrícolas (EFAs), Casas Familiares Rurais (CRFs), Escolas Populares de Assentamentos (EPAs), Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais PROJOVEM Campo), dentre outros; e foi incorporado pelo Movimento Sem Terra (MST), um dos principais do país.

A Pedagogia da Alternância teve início na França em 1935, foi criada por um grupo agrícola que identificou falhas na educação que recebiam. Eles almejavam uma educação profissional e conceitual que fosse de acordo com suas realidades e necessidades. A pedagogia da Alternância só chegou ao Brasil por volta da década de 60 com o objetivo de desenvolver economicamente, culturalmente e socialmente os indivíduos que pertenciam ao campo.

A Pedagogia da Alternância é uma proposta teórica metodológica distinta da educação convencional, pois permite ao educando ter uma visão específica da sua realidade através dos conhecimentos teóricos absorvidos na sala de aula e situá-los na integralidade de sua vivência pessoal, social, ambiental e econômica (LIMA, 2012).

Podemos entender como “alternância” a ação de passar um tempo na escola, dedicando-se às tarefas conceituais e em casa, trabalhando com a família nas propriedades agrícolas em geral. O aluno, geralmente recebe, também, a educação profissional, a fim de aperfeiçoar a estada dele na escola e para que faça algum sentido por conta de sua rotina.

Assim, a relação entre pais e filhos aponta para situações de diálogo e ajuda mútua, onde a escolarização ao lado da manutenção do lote aparece como um objetivo central. No entanto, cabe destacar que a escolarização representa um elemento tensionador nas relações e projetos familiares, na medida em que os próprios pais têm posições ambíguas quanto ao que consideram melhor em termos de futuro para seus filhos.

Assim, se por um lado admitem que seja importante que alguém dê continuidade ao que já conseguiram construir e conquistar, por outro levantam problemas que dificulta a escolha dos filhos por este projeto. Apesar disso, a escolarização é tida como um capital acumulado que vale o investimento e que é percebido como uma das principais conquistas do processo de assentamento (CASTRO, 1999).

Logo no início da Pedagogia da alternância no Brasil criaram-se importantes experiências de Maisons Familiares Rurales (CORDEIRO, REIS e HAGE, 2011), que aqui no Brasil foram chamadas de Casas Familiares Rurais ou CRFs. Neste mesmo modelo, posteriormente, foram abertas também as EFAs, CEFFAs³, EPAs e o PROJOVEM Campo, todos os programas sociais que dão apoio para que a Pedagogia da Alternância possa ser utilizada pelas comunidades.

E o que podemos destacar de mais interessante é que estes programas são estruturados pelo governo, hoje em dia, mas são geridos pelas famílias das comunidades abrangidas. Percebemos, generalizadamente, a função destes programas com o seguinte conceito de CEFFAs, disponibilizado pela Secretaria de Educação do Maranhão:

Os Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFA’s são instituições educativas, comunitárias e familiares, que ofertam Ensino Fundamental e Médio Integrado à Formação Profissional de Nível Médio para crianças e jovens do campo, com ênfase na agricultura familiar e no desenvolvimento sustentável do meio rural e de gestão comunitária. (MARANHÃO, 2014).

A Pedagogia da Alternância também foi aderida pelo mais importante movimento social do Brasil, o MST. O MST teve seu sistema educacional próprio por muitos anos e depois da vinda da Pedagogia da Alternância, adotaram este modelo educacional em muitos assentamentos pelo país.

Mas uma diferença básica que o difere dos demais programas é o modo em que eles aplicam a Pedagogia da Alternância: “no âmbito do MST, esse sistema se diferencia e se aplica à realidade dos cursos desenvolvidos em etapas nos períodos de férias escolares, ocasião em que os alunos, enquanto professores devem sair de suas escolas sem prejudicar o período de aulas” (CORDEIRO; REIS; HAGE, 2011).

³ “Centro Educativo Familiar de Formação em Alternância é uma nomenclatura criada no Brasil, em 2001 para representar a diversidade de experiências que adotam o sistema pedagógico da alternância, tais como: Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), Casas Familiares Rurais (CFRs), Escolar Comunitárias Rurais (ECORs). Em 2010, o IX Congresso Mundial da Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (AIMFR), realizado em Lima, Peru, aprovou o termo CEFFA em seu estatuto oficial com o objetivo de abrigar sob esse nome a diversidade das experiências em todo o mundo. A associação a um nome comum preserva a distinção, ou seja, associa sem reduzir as particularidades, a história e a diversidade de cada entidade.” (BORGES, *et al.* 2012).

A proposta principal da Pedagogia da Alternância é justamente formar de preferência o jovem para que ele tenha uma educação significativa e de acordo com suas necessidades. O jovem torna-se um profissional e tem o estudo básico. Em geral seus estudos se dividem em tempos na escola e em casa, tendo que assim ter um material didático próprio para que ele possa estudar autonomamente. A Alternância também se dá de diversas maneiras,

Ocorrem várias alternâncias: alternância entre instituições que se articulam, alternância entre sujeitos que se interagem, Alternância entre diferentes saberes que se complementam, alternância nos processos metodológicos entre ação reflexão e ação ou prática, teoria e prática. (BORGES, *et al.* 2012)

Um ponto de extrema relevância que devo abordar é o que Borges *et al* (2012) discute sobre os tipos de Pedagogia da Alternância: Alternância Falsa cuja organização didática e pedagógica não articula com a vida, o trabalho e a realidade do estudante, Alternância Aproximativa que associa teoria e prática e Alternância Copulativa a qual busca integrar os dois espaços e tempos compreendendo que há saberes diferentes que se complementam. A Pedagogia da Alternância é uma prática de formação integral do aluno, e essa formação integral leva em consideração a complexidade individual e as dimensões que envolvem cada pessoa. Assim podemos concluir que a prática da Pedagogia da Alternância é muito mais do que uma simples formação do indivíduo para o meio profissional.

Este é um assunto muito pouco discutido no meio acadêmico, um estudo feito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) aponta alguns dados interessantes sobre a propagação do estudo sobre a Pedagogia da Alternância no Brasil por certo período de tempo. Este estudo feito por Teixeira, Bernartt e Trindade (2008) nos fornece um cenário bastante intrigante sobre as propostas acadêmicas acerca da temática e nele descobrimos que há um total de 63 trabalhos, sendo sete teses de doutorado e 56 dissertações de mestrado. Dentre as dissertações, 17 delas resultaram de um Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, promovido pela Universidade Nova de Lisboa em parceria com a Universidade François Rabelais, de Tours, e a União Nacional das Escolas Famílias Agrícola do Brasil (UNEFAB).

Todos eles no período de 1977 a 2006 e com maior concentração na região sudeste, apesar do maior número de CEFFAs estar localizado no Nordeste, segundo o estudo. Outro fator discutido no artigo é a falta de aprofundamento nos estudos, principalmente ligados às CEFFAs e as fundamentações metodológicas ligadas à Pedagogia da Alternância e a sua relação com o Estado. Posteriormente mais estudos foram sendo produzidos para compreender um pouco mais desta relação, mas ainda insuficiente para a propagação do tema de forma mais homogênea no meio acadêmico.

Outra dificuldade que envolve a Pedagogia da alternância e que Callari (2002) coloca em observação em sua pesquisa é justamente a forma de significar a Pedagogia da Alternância, ou seja, como se nortear uma conceitualização que dificilmente consegue ser explicada por conta das práticas utilizadas em sua metodologia. Outros problemas que são apontados em outros estudos envolvem a falta de políticas públicas (Ribeiro, 2008) para a educação do campo e conseqüentemente para a Pedagogia da Alternância (CALLARI, 2002). O autor também elenca três princípios básicos do modelo pedagógico da Pedagogia da alternância, o qual pode nos ajudar a elucidar um pouco sobre como poderiam ser feitas políticas sobre o assunto.

a) a escola devia tomar conta dos ambientes que influenciavam os jovens, isto é, primeiramente da família, sobretudo no setor agrícola onde o pai, além de chefe da família, era também o condutor do negócio, ao qual para o bom andamento, muito ou pouco, o filho era chamado a contribuir; b) em consequência, precisava evitar uma ruptura irrecuperável entre a proposta de educação da escola e a da família; tal ruptura estava arriscada a ocorrer quando a escola oferecia aos alunos modelos diferenciados e normalmente mais produtivos e rentáveis do que aqueles presentes nas práticas agrícolas dos pais; c) a preocupação em abrir para os alunos não somente o mundo no qual viviam, mas também aquele mais vasto, isto é, também a vida social nacional. (CALLARI, 2002).

Esse modelo pedagógico da Pedagogia da Alternância também têm materiais aos quais são feitos especialmente para que se tenha uma política interna bem fundamentada.

O "plano de estudo" (PE) é o instrumento da alternância onde se obtém a interação da vida familiar com as escolas, gerando no aluno o hábito de vincular a reflexão à ação (...) o "caderno da realidade" (CR). Ele consiste na organização, de forma sistemática, dos resultados obtidos nos PE, já ampliados, refletidos e ilustrados. (...) A "folha de observação" (FO) é representada por questionamentos formulados pelos monitores, conjuntamente com os alunos. É gerada da realidade e da necessidade dos

alunos. Auxiliam a complementar os conteúdos debatidos em sala de aula. (...) Outro instrumento de que dispõe a Pedagogia da Alternância são as "visitas as famílias" (VF), realizadas pelos monitores quando o jovem se encontra no período de convívio com a sua família (CALLARI 2002).

Com este pequeno cenário, podemos observar que a Pedagogia da Alternância vem modificando a vida de diversas famílias rurais pelo Brasil e no mundo e que seu papel vai muito além do qual ela é verdadeiramente utilizada. A oportunidade de um modelo de educação como este nos possibilita algumas perguntas às quais ainda não temos respostas como: porque não existem políticas públicas que afirmem as ações de Alternância em nosso país? Porque este sistema educacional não compreende um currículo mais elaborado? Será que o foco da Pedagogia da Alternância deve ser apenas para uma formação profissional, como é vista na maior parte do tempo? Essas pretenções ainda são muito difíceis de serem pensadas a curto prazo como início de soluções acerca do assunto, desta forma, podemos ressaltar apenas a importância de regulamentar de forma política sua prática.

2.2. Educação Popular

A Educação Popular tem vários significados e muitos deles bem similares como “A educação libertadora foca as necessidades básicas da população em um processo contínuo de envolvimento e comprometimento do/a educador/a com a realidade na qual está inserido/a” (WEYH, DUARTE, SILVA 2010 p. 108); ou “A Educação popular nasceu fora da escola, no seio das organizações populares, mas seus princípios e sua metodologia, com bases emancipatórias” (PEREIRA, PEREIRA, 2010, p. 73); ou ainda “A Educação Popular é um trabalho conjunto com a comunidade local, é a transformação da vida das pessoas por meio do seu próprio conhecimento” (PORTAL, s/d.). Desta forma observamos que nos mais diversos contextos pode-se obter uma singularidade de percepções acerca da Educação Popular, com isto não poderia deixar de citar o “pai” da Educação Popular, Paulo Freire, cuja suas principais obras, *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia*, são baseadas nestes aspectos que tantos outros autores se inspiram.

A seguir irei discutir um pouco sobre a visão de Paulo Freire sobre a Educação Popular e seu discurso sobre a Pedagogia do Oprimido. Depois irei expor algumas perspectivas de outros autores e suas próprias visões sobre a Educação Popular. Por último

colocarei minha visão sobre a Educação Popular mediante a pesquisa levantada até o momento e aproximarei esta ideia com a visão geral do trabalho estou apresentando.

Paulo Freire e suas concepções de Educação Popular

Paulo Freire (1921-1997) é um dos maiores nomes da Educação Brasileira ao qual contribuiu com livros e métodos. Foi reconhecido mundialmente pela sua práxis educativa através de numerosas homenagens. Além de ter seu nome adotado por muitas instituições, é cidadão honorário de várias cidades no Brasil e no exterior. A coragem de pôr em prática um autêntico trabalho de educação que identifica a alfabetização com um processo de conscientização, capacitando o oprimido tanto para a aquisição dos instrumentos de leitura e escrita quanto para a sua libertação fez dele um dos primeiros brasileiros a serem exilados.

Suas obras de mais significância para este trabalho é o livro *Pedagogia da Autonomia* e a *Pedagogia do Oprimido* (livro o qual participou da segunda fase de Paulo Freire sobre as discussões sobre Educação Popular). Em *Pedagogia da Autonomia*, Freire nos coloca alguns pontos de bastante relevância para a educação brasileira, como o bancarismo e a opressão (o qual ele também irá discutir em *Pedagogia do Oprimido*). Esses dois conceitos que julgo serem os mais importantes para a discussão que levanto, se conectam perfeitamente ao pensamento geral da Educação Popular. Segundo o próprio autor, por volta de 1964, à criação de uma educação para as classes populares foi um processo de questionamento para suas atitudes pedagógicas e da necessidade de encontrar soluções para o problema da alfabetização.

O Bancarismo

Primeiramente devemos entender o que significa a palavra bancário, no português simples é aquele que faz operações bancárias; mas na linguagem freiriana é aquele que é “meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo” (FREIRE, 1996).

O pensamento bancário é aquele que, segundo Freire, é transmitido de maneira quase que robótica aos educandos, assim podemos pensar no trabalho do bancário, que faz as mesmas coisas todos os dias e que ao final deles não tira nenhum pensamento crítico de

seu trabalho. Nisto, foi aproximada uma teoria que muitos educadores sofrem com este problema que é deixar de lado todo o mecanicismo e partir para uma abordagem mais próxima da crítica, como nosso autor pondera.

Com isto, percebemos que a defesa de Paulo Freire é justamente se contrapor aos males que a educação pode trazer no sentido de tirar o que, nós seres humanos, temos de melhor: a curiosidade, a vontade de saber. Isto faz com que todos os indivíduos, sejam eles educadores ou educandos, têm esta mesma habilidade de ter interesse nos mais variados assuntos e com isto ter vontade de se aproximar e viver o que está sendo estudado.

A educação bancária não permite que esse passo seja dado em direção à criticidade e à espontaneidade do aluno ao que o professor tem a dizer e a ensinar em sua posição e com isso o docente, por sua vez, também acha que essa zona de conforto é propícia para que possa “fazer seu trabalho” da melhor maneira possível. Por isso, Paulo Freire ao mesmo tempo em que critica essa falha no âmbito educacional, ele nos dá uma perspectiva nova de abordagem: a pedagogia da problematização ou problematizadora.

A pedagogia problematizadora é uma “solução” que Paulo Freire nos dá depois de fazer sua crítica à educação bancária, a qual vai ser transformadora de pensamentos e de atitudes dentro de sala de aula. No livro o qual é o objeto de apoio deste trabalho, Freire coloca uma explicação clara sobre qual sua verdadeira intenção ao criticar e o que nós, como seres altamente aptos ao conhecimento e curiosos de natureza, devemos fazer quanto educadores e como os educandos se porão mediante ao conhecimento dado:

“Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente” (FREIRE, 1996).

E é neste gancho de como devemos nos portar que fico à vontade para entrar rapidamente em outro tópico de bastante importância e relevância para este trabalho que é a opressão que Freire cita em *Pedagogia da Autonomia* e na *Pedagogia do Oprimido*.

Opressão

Falar de opressão é bastante delicado devido às grandes facetas que esta palavra nos permite para obter um significado que seja o mais perto do que procuro neste trabalho. Portanto, continuarei a usar Paulo Freire para chegar a uma explicação do quanto esta expressão ou palavra pode ser definitiva no que tange à Educação Popular e à Educação do Campo e, por conseguinte a Pedagogia da Alternância.

A questão da opressão tratada no texto de Freire apresenta uma forma de colocar o educador em teste, de maneira que ele procure dar ao aluno uma nova possibilidade de se manifestar no ambiente escolar sem que nós cometamos este erro. O educador que Paulo Freire usa é o educador que utiliza da educação bancária para poder prestar uma relação de poder sobre o educando e que em todos os exemplos leva ao aluno à frustração de não poder sair de uma fôrma ao qual é submetido.

Desta forma a opressão em sala de aula vai muito além do que um educador tirano, per passa pela anulação do aluno até a total negligência em relação ao mesmo por parte do professor. Por isto coloco a seguir uma fala totalmente oposta ao que escrevi e que Freire nos “elucida” o modo ao qual deveríamos nos comportar perante a estas situações:

Ao pensar sobre o dever que tenho, como professor, de respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo, devo pensar também, como já salientei, em como ter uma prática educativa em que aquele respeito, que se deve ter ao educando, se realize em lugar de ser negado (FREIRE, 1996).

Em Pedagogia do Oprimido, Freire coloca um termo de bastante relevância que é a desumanização que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais (Freire, 1987).

Portanto nos dois livros podemos perspectivar uma consonância de temáticas que envolvem estes temas citados acima, o bancarismo e a opressão. E nos dois tópicos observamos a essência da Educação Popular e qual a sua definição e proposta. Proposta esta que Freire lapidou em diversas outras obras para poder formar um diálogo com a sociedade e com a academia que pudesse realmente modificar o cenário em que a Educação se encontrava na época. A partir disso poderíamos discutir diversas vertentes da Educação

Popular as quais se seguirão após os estudos de Paulo Freire, mas acredito que a maior tomada de consciência dos professores e educadores e estudiosos da educação seria observar a Educação Popular a todo o momento nas práticas diárias nas escolas.

Falo deste tipo de educação Popular como falar de assuntos atuais e de como eles afetam as famílias e a sociedade como um todo ou em ouvir o aluno e fazê-lo sentir-se participante de algo. Este é o tipo de Educação popular a qual falamos e a qual deve ser discutida nas universidades, escolas e em todos os ambientes. Paulo Freire, em suma, com seus relatos e pensamentos queria uma Educação humanizada e que os desumanizados fossem ouvidos e tivessem o seu lugar. Que não mais existissem sujeitos analfabetos e sujeitos às encarnações da sociedade.

Outras Visões

Além de enfatizar os estudos de Paulo Freire, tenho também o dever de colocar o cenário da Educação Popular na visão de outros autores que também são de bastante significância para os estudos acerca do tema. Uma vertente bastante comentada por Pontual (2006), que é a questão da cidadania, fomentada também em seu texto por Castilho e Osório (1997) e Freire (1995):

A educação cidadã deve contribuir ao desenvolvimento de estratégias cidadãs de intervenção nas agendas públicas e à capacitação para o lobbying cidadão; às ações de interesse público e à geração de movimentos cidadãos eficientes e criativos, capazes de trabalhar como redes de atores sociais. De igual modo deve promover a apropriação crítica dos temas emergentes da cidadania, especialmente dos relacionados com a justiça, de gênero, as relações interculturais e intergeracionais, empoderamento e governo das cidades e das regiões. (CASTILHO; OSÓRIO, 1997, p.63)

Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas, sem a educação, é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é difícil, mas é possível. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania. (FREIRE, 1995, p.74)

Essa prática cidadã que Pontual (2006) nos demonstra é um fator de extrema importância para que possamos entrar em contato com a visão atual da Educação Popular, que usa das ideias formadoras de Paulo Freire e aumenta o campo para discussões mais elaboradas no que se refere ao

indivíduo. Já na concepção, não tão destoante, de Both e Brutscher (2004), a Educação Popular é considerada como um desenvolvimento da humanidade, do social ao qual estamos envolvidos e que visa uma mudança do paradigma atual: “prática educativa que exclui a maioria dos seres humanos dos processos educativos e, conseqüentemente, do desenvolvimento humano e cidadão”. Gadotti (2012) observa que “A educação popular, social e comunitária não tem apenas caráter interdisciplinar - o trabalho social precisa ser integrado por equipes profissionais de diferentes áreas,”.

Portanto consideramos que a Educação Popular é vista cada vez mais como salientadora dessas faculdades humanitárias e sociais. Que ela pode viabilizar um ensino integral e baseado em políticas facilitadoras da formação humana.

3. APROXIMAÇÕES ENTRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E EDUCAÇÃO POPULAR

Neste capítulo pretendo considerar as aproximações entre a Pedagogia da Alternância e a Educação Popular. Por isto vou usar de tudo o que falei anteriormente como justificativa atrelada a motivos pelos quais acredito que elas possam “ajudar-se”.

O objetivo de todas as falas anteriores foi exatamente colocar à disposição um contexto abrangente sobre um determinado tipo de educação, a Educação do Campo, e com isto transformar um paradigma em um objeto de reflexão. A Pedagogia da Alternância por sua vez foi o objeto de conexão que eu acredito que já vêm transformando a Educação do Campo e que pode ser mais completa se ligada à Educação Popular. O aprimoramento dos métodos de abordagem é fundamental para que se possa transformar o objeto ao qual estamos estudando. Novos paradigmas formando-se para que o pensamento possa ser aberto à novas possibilidades.

Como vimos a Educação do Campo é marcada por fortes lutas e desafios ao quais ainda temos muito que aprimorar aqui no Brasil, ver também que temos grandes projetos voltados para o campo e também grandes movimentos sociais para apoiar as mudanças que devem ser feitas em relação a vários aspectos, que já foram discutidos. Percebemos que muitas mudanças já foram realizadas, mas que há ainda muito que fazer para podermos ter uma verdadeira educação para o campo.

A respeito da Pedagogia da Alternância pudemos avaliar o quanto este método “recente” pode ajudar para que haja uma eficácia na educação do campo e para que as comunidades possam aprender a se organizar de maneira que a educação seja um projeto com credibilidade para todos. Vimos também que a necessidade de políticas públicas é um dos aspectos que mais “embarraram” as práticas da Pedagogia da Alternância como um método reconhecido pelo Estado.

Já a Educação Popular nos ofereceu uma inquietação que Freire nos escreveu há anos atrás e que hoje, observando, também, em outros autores, ainda é uma diretriz de forte importância para a educação brasileira, que é a crítica ao ensino e ao mesmo tempo a “reparação” a ser feita para que ele melhore, para que o educador melhore em relação ao

educando e que esta relação se torne uma relação de troca e respeito e não de opressão e verticalização.

Com esta junção de conceitos podemos ver que a Pedagogia da Alternância pode atrelar-se à Educação Popular no sentido de que a Educação Popular em seu conceito mais amplo, que é justamente a interseção do ensino com a prática e com a proposta de horizontalizar as relações interpessoais e intelectuais dentro e fora de sala de aula, para poder transformar a Pedagogia da Alternância em um projeto de inserção verdadeira ao mercado de trabalho junto com uma educação voltada para o campo e uma educação integral. Coloco que a Educação Popular é feita de diversas maneiras e que estas devem ser levadas em conta para que se concretizem tomadas educacionais a respeito de mudanças veementemente feitas em prol destes alunos do campo e das escolas públicas em geral visando a formação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AMPLIAÇÃO DO CONCEITO

Algumas questões ainda são impossíveis de serem resolvidas e o objetivo deste trabalho é fomentar ainda mais estas discussões e viabilizar que se possa pensar de uma maneira mais ampla sobre os conceitos de Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e Educação Popular.

Estes conceitos servem para que se possa posteriormente termos novas perspectivas sobre esta vertente educacional e para que não fiquemos presos apenas ao que pensamos ser a melhor política de ensino. As políticas devem mudar e novas abordagens pedagógicas devem ser feitas. Estamos em uma fase social em que temos muitos problemas atuais do governo e na educação, mas precisamos estar atentos que nem todas as comunidades de nosso país pertençam a uma mesma classe de estudantes e profissionais em formação. Temos que pensar que uma política educacional serve para amparar comunidades como as CEFFAs, EFFAs, MST e tantos outros grupos que se organizam de uma maneira diferente da maioria, pois vivem de uma maneira diferenciada.

A Pedagogia da Alternância é um conceito novo, assim como a Educação Popular e ambos estão sendo discutidos, mesmo que minimamente, como é o caso da Pedagogia da Alternância, nas universidades e nas comunidades às quais faz parte. Essas discussões ainda que iniciais, podem em um futuro talvez não tão longínquo for transformadas em políticas e assim talvez algumas das perguntas possam ser resolvidas ou discutidas mais veementemente.

REFERÊNCIAS

BEZERRA NETO, Luiz. Educação do campo ou educação no campo? Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 150-168, jun.2010 - ISSN: 1676-2584

BORGES, Idelzuith Sousa, *et al.* A Pedagogia da Alternância praticada pelos CEFFAs. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves, **Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BOTH, Valdevir; BRUTSCHER, Volmir José. Educação popular e direitos humanos Pautas Pedagógicas para a Atuação. In: CARBONARI, Paulo César; KUJAWA, Henrique Aniceto (Orgs). **Direitos Humanos desde Passo Fundo: homenagem aos vinte anos da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo**. Passo Fundo: CDHPF/IFIBE, 2004. p. 89-109. BRASIL. MDA/SDT. 2006.

CALLARI Rogério Ornar. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento local**. Lavras: UFLA, 2002.

CASTILLO, Adolfo; OSORIO, Jorge. **Construccion de cidadanias en América Latina: Hacia una agenda de la educacion ciudadana**. Santiago, Chile, 1997. Mimeografado.

CASTRO, Elisa Guaraná de. A escolarização nos assentamentos rurais: uma caracterização comparada. **Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 80-103, abr. 1999.

CORDEIRO, Georgina N. K.; REIS, Neila da Silva; HAJE, Salomão Mufarrej. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DIAS, Maria Sara de Lima; SOARES, Dulce Helena Penna. A escolha profissional no direcionamento da carreira dos universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2012, v. 32, n. 2, p. 272-283.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Poder local, participação popular e construção da cidadania**, 1995. In: FÓRUM DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS, 1995.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Dialogos: pesquisa em extensão universitária**. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012.

LIMA, Adriene Viana. **Educação do campo e pedagogia da alternância: algumas considerações metodológicas**. Entrelaçando, Cruz das Almas, v. 2, n. 6, p. 46-60, set.-dez. 2012.

MANIFESTO dos Pioneiros. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. In: AZEVEDO, Fernando [et al.]. Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Conceito de CEFFAs**. Disponível em <<http://www.educacao.ma.gov.br/ExibirPagina.aspx?id=294>> Acesso em: 01 dez 2014.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HITSTEDBR On-Line**, n. 40, p. 72-89, dez. 2010.

PONTUAL, Pedro. Educação popular e incidência em políticas públicas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33, 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2010, 12p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990. 2ª edição.

MST. **Nossa história**. s/d. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/hoje/> >. Acesso em: 8 mar. 2016.

PORTAL Jesuítas do Brasil. **Educação Popular**. s/d. Disponível em: < http://www.jesuitasbrasil.com/jst/conteudo/visualiza_lo12A.php?pag=:portaljesuitas:paginas;visualizaFixo&cod=1409&secao=212 >. Acesso em: 8 mar. 2016.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2011. 23ª edição

TEIXEIRA, Edival; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir. Estudos sobre pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

WEYH, Cênio Back; DUARTE, Leticia Rieger; SILVA, Marina Scholze da. Participação e diálogo no caminho da educação popular. **Vivências**, v. 6, n. 11, p. 106-111, out. 2010.